

ENSAIO

Gramática e História Cultural: alguns fundamentos teóricos

(Grammar and Cultural History: some theoretical fundamentals)

Maurício SILVA*

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (SP)

RESUMO

O presente ensaio procura analisar alguns aspectos teóricos provenientes da História Cultural, particularmente na sua aplicação ao estudo da gramaticografia. Nesse sentido, busca-se avaliar as possibilidades de relação entre a gramática e os conceitos de cultura, de ideologia e de imaginário.

PALAVRAS CHAVES

Gramática. Língua Portuguesa. Historiografia Lingüística. História Cultural.

ABSTRACT

The present essay analyzes some methodological aspects of the Linguistic Historiography, as well some theoretic aspects of the Cultural History. Furthermore, it analyzes the possibilities of relation between the grammar and the concepts of culture, ideology and imaginary.

KEYWORDS

Grammar. Portuguese. Linguistic Historiography. Cultural History.

*Sobre o autor, ver página 130.

Gramática e história cultural: alguns fundamentos teóricos

Para se entender cabalmente o complexo processo de constituição, desenvolvimento e consolidação da gramática é necessário estudá-lo a partir de uma perspectiva, a um só tempo, extensiva e intensiva, a qual requer – de um ponto de vista *historiográfico* – a reconfiguração do contexto geral da época na qual o fazer gramatical se inscreve; o resgate do ideário lingüístico que deu sustentação à construção do conhecimento gramatical; a comparação entre referências conceituais e taxionômicas presentes na obra em análise e a terminologia técnica utilizada pelo pesquisador. Todo esse procedimento analítico diz respeito à delicada questão da *metalinguagem*, que de acordo com Konrad Koerner seria a maneira pela qual o historiógrafo da linguagem “empreende a descrição e apresentação de teorias da linguagem do passado aos pesquisadores do campo presente”, obedecendo, para tanto, a três princípios fundamentais: a) o estabelecimento do clima de opinião, já que “as idéias lingüísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período” (*princípio de contextualização*); b) a definição interna do quadro geral de investigação e da terminologia utilizada no documento estudado, a fim de “estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, talvez até filológico, do texto lingüístico em questão” (*princípio da imanência*); c) as possíveis “aproximações entre o vocabulário técnico e o quadro de trabalho apresentado no trabalho em questão” (*princípio de adequação*) (KOERNER, 1996a).

Apesar de a Historiografia Lingüística travar, naturalmente, uma relação intrínseca e necessária com a História, faz-se urgente a observância de princípios teóricos específicos para a abordagem gramaticográfica. Uma das possibilidades, nesse sentido, é buscar as contribuições que outros campos de pesquisa podem oferecer ao estudo historiográfico da gramática, num evidente processo interdisciplinar que Koerner já apontara há tempos no campo da Historiografia (KOERNER, 1996b).

Assim, avançando um pouco mais nessas reflexões que nos levam, no âmbito historiográfico, para a metahistória e, no âmbito lingüístico, para a metalinguagem, diríamos que o estudo da gramática não se deve apoiar exatamente num discurso identificado com saberes lingüísticos

predeterminados e redutores, mas numa mais abrangente e complexa rede discursiva, num *metadiscorso* que pressupõe, por assim dizer, uma indefectível prática interdisciplinar na consideração do sistema gramatical.

A gramática não é só um instrumento *lingüístico*, na acepção proposta por Sylvain Auroux (AUROUX, 1992), mas é também um instrumento de *cultura*, na acepção abrangente deste termo, proposta, por exemplo, por Raymond Williams (WILLIAMS, 1992), devendo o historiógrafo revelar não apenas o passado factual da gramática, mas principalmente seu passado mental, no que isso pode conter de resgate do contexto social e cultural no qual ela se inscreve, uma vez que, como afirma Swiggers, “the description of the history of linguistic thought is a reconstruction of mental contents, more or less explicitly stated, and taking their place in a social and cultural context” (SWIGGERS, 1989, p. 21).

Daí a pertinência em se empregar, como fundamentação teórica do trabalho gramaticográfico, reflexões provenientes do campo da História Cultural, da qual, com efeito, nasce essa preocupação abrangente com o mental e com os aspectos contextuais dos fenômenos históricos.

Traçando, em rápidas linhas, o caminho percorrido pela História Cultural, pode-se dizer que sua gênese encontra-se na própria concepção – vigente na historiografia do século XX – de Nova História, segundo a qual o pesquisador deve procurar substituir a idéia de uma *história historicizante*, centrada no documento escrito, por teorias que se apoiam em conceitos como os de probabilidade, relatividade e afins, promovendo ainda um alargamento das fontes da história, as quais passam do documento *stricto sensu* para uma série de fenômenos da realidade (da paisagem aos objetos pessoais); é, enfim, esse processo de substituição da noção de *história-relato* pela de *história-problema* que sugere a necessária intersecção entre a perspectiva historiográfica e as diversas disciplinas que compõem o cabedal de conhecimento humano, como a literatura, a lingüística ou a iconografia (DOSSE, 1992; ROJAS, 2000; SILVA, 2001). Dessa percepção inovadora da historiografia desprende-se uma noção mais refinada de *mentalidade*, dando abertura a um vasto campo de pesquisa e observação empírica e alargando ainda mais o universo de atuação do historiador moderno (VOVELLE, 1987; SALIBA, 1992; VAINFAS, 1997). Este percurso encerra-se com a incidência, no campo da historiografia, da História Cultural, a qual coloca

em relevo o estudo sobre o *mental*, valorizando manifestações culturais das massas anônimas e, por conseguinte, afirmando-se verdadeiramente como uma *história plural* que, no limite, vai se voltar para aspectos mais minuciosos da micro-história (PESAVENTO, 2004; VAINFAS, 2002).

Assim sendo, no rastro dos conceitos epistemológicos e atitudes metodológicas elaborados pela História Cultural, o estudo historiográfico da gramática pode ser pensado a partir do equacionamento entre a *prática gramaticográfica* e as *representações culturais* que a ela se filiam, sempre numa perspectiva dialética: da mesma forma que determinada prática escritural das gramáticas impõe certo modo de pensar a língua, representações culturais amplas (que vão do ideário lingüístico da época às intenções pedagógicas do autor ou o *status* que ele ocupa na sociedade) condicionam determinada fatura gramatical. Daí podermos afirmar que a gênese, desenvolvimento e consolidação da gramática dependem de uma série de fatores que, em última instância, possibilitam sua viabilidade enquanto instrumento lingüístico e cultural, fatores, diga-se de passagem, heterogêneos, múltiplos e dinâmicos, na medida em que um texto – seja ele metalingüístico, literário ou jornalístico – é sempre algo além dele próprio, isto é, pressupõe um cruzamento de práticas socioculturais que compõem um sistema discursivo, no caso específico, um *sistema gramatical*.

O conceito de sistema gramatical, entendido dessa maneira, requer uma atitude epistemológica que, primeiro, nasce do deslocamento do discurso tradicional da gramaticografia (centrada no *texto* gramatical) para o discurso que privilegia um sentido mais amplo da prática gramaticográfica (que privilegia o *contexto*), isto é, o *processo* global da ação discursiva (produção, divulgação, recepção etc.); e, segundo, prevê a adoção de uma prática analítica que se constrói não apenas a partir da imanência do texto, mas a partir de seus múltiplos significados circunstanciais, onde o *sujeito interpretante* passa a ser tão importante quanto o *objeto interpretado*.

Do ponto de vista da História Cultural, portanto, a análise do texto gramatical presume uma prática que, ultrapassando – sem renegar por completo – a abordagem imanente da gramática, reconhece a necessidade de discernir, pelo menos, três fatores que contribuem para sua consolidação: as condições de produção do discurso gramatical, suas formas de divulgação/recepção e suas estratégias de institucionalização, já que, como argumenta

Chartier, a publicação de determinada obra implica sempre “uma pluralidade de atores sociais, de lugares e dispositivos, de técnicas e gestos” (CHARTIER, 2002a, p. 10), fenômenos dos quais dependem tanto a produção do texto gramatical quanto a construção de seu significado.

Sobre o primeiro fator, o historiógrafo da gramática encontra-se diante do desafio de reconstituir o perfil dos atores e suas condições socioculturais da ação escritural, a partir do que se considera que os textos não possuem significado intrínseco, mas adquirem significados diversos de acordo com os sujeitos que os constroem. Semelhante percurso analítico não prescinde de uma atitude que, no final das contas, define-se a partir de uma escolha seletiva por parte do pesquisador, na medida em que ele irá eleger os fatos socioculturais necessários à compreensão do discurso gramatical sob o prisma dilatado da História Cultural. Aliás, a prática seletiva não é outra coisa senão um dos pressupostos metodológicos mais caros à nova historiografia, pois, como já se afirmou uma vez, “il est impossible de décrire une totalité et toute description est sélective (...) puisque tout est historique, l’histoire sera ce que nous choisirons” (VEYNE, 1978, p. 37-42).

Em relação ao segundo fator, deve-se atentar para o fato de que, assim como o sujeito e as condições de produção do texto gramatical determinam seu significado, este também é determinado por suas formas de divulgação e recepção. É nesse sentido que podemos entender a necessidade, no estudo historiográfico da gramática, de recompor o matizado universo regido por processos de socialização, condicionamentos políticos, fundamentos econômicos, práticas culturais, sistemas normativos etc., que perfazem a dinâmica divulgação/recepção do texto gramatical. De acordo com esse raciocínio, pode-se afirmar que as obras

não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam (CHARTIER, 1999, p. 9).

Complementando esta perspectiva, não se deve prescindir da consideração do *suporte físico* na compreensão cultural da gramática, pois dele

também depende, em última instância, a construção de sentido do discurso gramatical, já que, é ainda Chartier quem nos explica,

os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados (CHARTIER, 2002b, p. 62).

Finalmente, a respeito do terceiro fator, relacionado às estratégias de institucionalização do texto gramatical, não podemos prescindir da consideração das práticas institucionais na composição do significado do texto gramatical, já que serão elas as responsáveis pela legitimação sociocultural das gramáticas: instâncias legitimadoras que vão das editoras às entidades oficiais, da imprensa aos institutos de pesquisa, da escola às agremiações independentes, das academias aos centros universitários, enfim uma variada gama de instituições capazes de, no limite, determinar o futuro de uma gramática e de seu autor. Essa concepção plural da gramática – que a considera mais do que um texto, um sistema discursivo que não está desvinculado da realidade sociocultural na qual ela se insere – permite se afirmar, como o fez Maingueneau, que

[toda] obra é indissociável das *instituições* que a tornam possível: não existe tragédia clássica ou epopéia medieval fora de uma certa condição dos escritores na sociedade, fora de certos *lugares*, de certos modos de elaboração ou de circulação de textos (MAINGUENEAU, 1995, p. 19).

Os aspectos relacionados a uma perspectiva problematizadora da constituição do discurso gramatical, tal como tentamos esboçar acima, reportam-se ao fato de haver tanto evidências de teorias linguísticas diversas na formulação de conceitos fundamentais da gramática, instaurando uma *perspectiva exógena*, quanto novas maneiras de disposição conceitual no interior do texto gramatical, a partir de uma singular relação entre as instâncias e enunciação e de enunciado que o perfazem, instaurando uma *perspectiva endógena*. Neste sentido, toda gramática é, a um só tempo, individual e coletiva, ou seja, tanto na gênese conceitual quanto na fatura, trata-se de uma prática *cultural*.

Em outros termos, a escrita gramatical é, antes, uma organização de fatos lingüísticos que obedecem a estágios mais ou menos definidos: apropriação, reelaboração e transformação do discurso gramatical, os quais só adquirem um sentido pleno a partir de sua inserção na sociedade, uma vez que os textos “expõem os princípios contraditórios de construção do mundo social, a ordem dos atos pelos quais os indivíduos, em uma dada situação, classificam os outros, classificando-se, portanto, a si mesmo” (CHARTIER, 2003, p. 89).

A gramática afirma-se assim como uma prática coletiva que tem na *representação* escritural do fato lingüístico – e, não, no fato em si mesmo – seu principal objeto de atenção, representação esta que, no final das contas, baseia-se numa técnica (*fazer* a língua) e numa concepção (*pensar* a língua) historiográficas. A consideração da gramática a partir de uma perspectiva coletivizadora, portanto, vincula-se indelevelmente aos modos de apropriação social do texto gramatical, donde se pode depreender o *lastro ideológico* que lhe é peculiar.

Curiosamente, escrever uma gramática legitima um saber metalingüístico que é visto, pelos utentes da língua, como um saber ideologicamente neutro, uma vez que o gramático estaria mobilizando um discurso próprio para que, a partir dele – e, não, nele mesmo – as ideologias pudessem ser forçadas. Evidentemente, essa legitimidade acaba concedendo ao gramático um estatuto social que o coloca como instância institucional superior: aquele que sabe distinguir o certo do errado, a norma do desvio, a regra da transgressão. Por isso, dentro desse enfoque ideológico e cultural, o estudo da gramática pressupõe algumas perspectivas distintas, mas complementares. A primeira é a perspectiva histórica, que busca apontar a) a gênese da gramática como um conjunto de idéias organizadas, a partir de fundamentos lingüísticos; b) a evolução de conceitos lingüísticos que perfazem, na visão diacrônica, o referido conjunto; c) o desenvolvimento de teorias gramaticais diversas. A segunda é a perspectiva teórica, que trata especificamente, numa visão sincrônica, dos fundamentos das teorias da gramática universal e sua aplicabilidade nos estudos da linguagem verbal, analisando a maneira como a gramática se organiza e se manifesta enquanto suporte do discurso. A terceira, a perspectiva pedagógica, focaliza pragmaticamente a questão da dialética ensino-aprendizagem nos conceitos pertinentes à organização de determinado idioma, buscando equacionar o dilema entre normativismo e descritivismo gramaticais. Resumidamente, consideramos a gramática um discurso no âmbito do qual se inscrevem práticas

de constituição, manutenção e difusão de determinado ideário lingüístico. Por isso, numa abordagem historiográfica, faz muito mais sentido uma hermenêutica que confira valor tanto para as condições de construção do sentido do texto quanto para sua significância interna.

A gramática está, sem dúvida, calcada em fatos lingüísticos de inegável extração pragmática, sejam eles de natureza normativa, sejam de fundo descritivista. Não se pode negar, porém, que antes de mais nada ela se constitui como discurso e, enquanto tal, é principalmente uma complexa rede de *representações mentais* que se definem a partir da inserção do autor, do texto e do leitor num determinado contexto sociocultural, criando assim uma espécie de *imaginário gramatical*. No final das contas, é esse *imaginário* – entendido como um sistema de representações coletivas –, e não exatamente a *ideologia gramatical* que, segundo o enquadramento epistemológico da História Cultural, compete ao pesquisador da gramaticografia averiguar. Neste sentido, como sugere ainda uma vez Chartier, os textos – produções culturais abertas a múltiplas leituras – não podem ser apreendidos como objetos restritos do ponto de vista da distribuição ou do significado, mas como fenômenos “presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente”, na medida em que a relação do texto com o real “constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita” (CHARTIER, s.d., p. 61-63).

A ocorrência de novos paradigmas no âmbito da historiografia como um todo serve como referência para a renovação da análise gramatical, na medida em que se questionam os modelos tradicionais (marxistas, positivistas etc.) de abordagem histórica, para erigir uma perspectiva mais abrangente, que prioriza as amplas manifestações culturais e mentais da sociedade (HUNT, 1995).

Apoiando-se no cabedal metodológico oferecido pela Historiografia Lingüística e nos fundamentos teóricos proporcionados pela História Cultural, com o intuito de erigir um novo *modus faciendi* historiográfico, nossa visão do papel que a gramaticografia deve desempenhar volta-se para a construção de uma identidade gramatical brasileira, buscando depreender, a partir de um conjunto de variáveis culturais e sociais, uma *gramática das gramáticas*. Esquemáticamente, nossa preocupação dirige-se, por um lado, para as instâncias de enunciação (filiação ideológica, clima de opinião, condições de produção e recepção, legitimidade institucional etc.), responsáveis pela

gênese, desenvolvimento e consolidação do discurso gramatical, adotando, do ponto de vista do *sistema gramatical*, uma perspectiva intercultural; por outro lado, para as instâncias do enunciado (intertexto, exemplificação, organização, nomenclatura etc.), respondáveis pela instauração de uma metalinguagem gramatical, agora numa perspectiva interlingüística.

Em suma, pretende-se propor uma prática analítica, no estudo gramaticográfico, que ultrapasse a perspectiva imanentista, de natureza estritamente lingüística, e valorize as marcas referenciais que regem as modalidades de produção/difusão do texto gramatical, também responsáveis pela construção de seu sentido. Verificar, assim, os modos de inscrição do discurso gramatical na sociedade e a resposta cultural que esta oferece, num deslocamento epistemológico que passa do foro autoral para a jurisdição do leitor enquanto ser social, caldeando os possíveis sentidos que uma gramática possa conter.

Com o avanço das teorias lingüísticas ao longo do século XX, assiste-se a uma nova etapa do processo de gramatização da Língua Portuguesa, em que o ideário lingüístico evolucionista é substituído por diretrizes estruturalistas que passam a servir de fundamento científico à criação de novas gramáticas do português. Neste sentido, a inauguração do novo século marca também a eclosão da gramaticografia da Língua Portuguesa, estabelecendo novos protocolos de *uso* desse idioma. A questão do uso torna-se aqui importante exatamente pelo fato de a instauração de uma história cultural da gramática pressupor uma abordagem *pragmática* da gramática. Se, como quer Sandra Pesavento, a História Cultural trabalha com a “produção de sentidos sobre o mundo, construída pelos homens do passado”, sendo seu papel o “resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas” (PESAVENTO, 2004, p. 16), uma abordagem culturalista da gramática revela sua condição de *instância cultural* que se afirma como um complexo de sentidos a ser resgatado pelo historiógrafo da linguagem, sentidos esses que se manifestam, do ponto de vista interno, como *constructo discursivo* metalingüístico, e, do ponto de vista externo, como *constructo discursivo* ideológico. É da união destas categorias (interna e externa) que a gramática adquire seu valor cultural e simbólico, concorrendo para a legitimação do gramático como detentor de um saber lingüístico socialmente institucionalizado e para a consolidação da gramática como um repositório de representações mentais.

A adoção desse expediente historiográfico, cataliza, a nosso ver, outras possibilidades analíticas e interpretativas, instaurando uma heurística comprometida com uma nova concepção do discurso gramatical, na medida em que passa a considerar a gramática como resultado de um conjunto de atos discursivos, práticas escriturais, foros legitimadores e instâncias de institucionalização que, no limite, compõem um sistema lingüístico solidamente vinculado ao imaginário cultural da sociedade brasileira.

É, portanto, no intervalo entre o enunciado do gramático e a enunciação do historiógrafo que a gramaticografia tece seu discurso, procurando, na reconstrução do passado lingüístico, a compreensão do presente. Desse modo, do ponto de vista específico da História Cultural, a gramática deve ser vista não apenas como o registro lingüístico de uma determinada época, mas, numa visada mais larga, como a representação polissêmica de uma dada cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, s.d.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na Época Moderna (Séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002a.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002b.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentidos: cultura escrita: entre Distinção e Apropriação**. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2003.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Unicamp, 1992.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KOERNER, Konrad. O Problema da Metalinguagem em Historiografia da Linguística. **Delta**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 95-124, 1996a.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da Anpoll**, São Paulo, n. 2, p. 45-70, 1996b.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. Enunciação, Escritor, Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. **Os Annales e a Historiografia Francesa: Tradições Crítica de Marc Bloch a Michel Foucault**. Maringá: Eduem, 2000.

SALIBA, Elias Thomé. Mentalidades ou História Sociocultural; a Busca de um Eixo Teórico para o Conhecimento Histórico. **Margem**. São Paulo, n. 1, p. 29-36, 1992.

SILVA, Rogério Forastieri. **História da Historiografia**. Capítulos para uma História das Histórias da Historiografia. Bauru: Edusc, 2001.

SWIGGERS, Pierre. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. *In*: HÜLLEN, Werner (Ed.). **Understanding the Historiography of Linguistics: problems and projects**. Münster: Nodus, p. 21-34, 1989.

VAIFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: Micro-História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. *In*: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Campinas: Campus, 1997, p. 127-162.

VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Paris: Seuil, 1978.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

SOBRE O AUTOR

Maurício Silva é doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela *Universidade de São Paulo*; realizou estágio de pós-doutorado na mesma universidade. É membro da *American Association of Teachers of Spanish and Portuguese* (University of Northern Colorado), da *Brazilian Studies Association* (University of New Mexico), da *Modern Language Association* (New York) e outras associações nacionais e estrangeiras; pesquisador do Instituto de Pesquisas Lingüísticas *Sedes Sapientiae* para Estudos de Português (PUC-SP); editor científico da revista *Dialogia* (ISSN: 1677-1303); professor de Literatura Brasileira (graduação e pós-graduação) na Universidade Nove de Julho; autor dos livros: *Noções Elementares de Gramática da Língua Portuguesa* (Plêiade, São Paulo, 1997); *O Pensamento Dominado. Estrutura e Prática do Texto Dissertativo* (Plêiade, São Paulo, 1998); *Sentidos Secretos. Ensaios de Literatura Brasileira* (Altana, São Paulo, 2005); *A Hélade e o Subúrbio. Confrontos Literários na Belle Époque Carioca* (São Paulo, Edusp, 2006); *O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (São Paulo, Contexto, 2008); possui trabalhos publicados em livros e periódicos diversos, como *Magma* (Universidade de São Paulo), *Itinerários* (Unesp/Araraquara), *Letras* (Universidade Federal do Paraná), *Revista de Estudos da Linguagem* (Universidade Federal de Minas Gerais), *Luso-Brazilian Review* (Estados Unidos), *Inter-American Review of Bibliography* (Estados Unidos), *Les Langues Neo-Latines* (França), *Nordic Journal of Latin American Studies* (Suécia) e outros.

Email: maurisil@gmail.com.